

Entrevista com Sérgio Costa

Por *Surya Aaronovich Pombo de Barros e
Teresa Cristina Furtado Matos*

Sérgio Costa é pesquisador do Cebrap e Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin – Alemanha. Com larga experiência no campo das ciências sociais, pesquisando, lecionando e publicando na área da sociologia, vem discutindo em sua obra temas como teoria social contemporânea, racismo, mestiçagem e pensamento brasileiro. A entrevista que se segue oferece uma contribuição para a discussão sobre as ações afirmativas e as cotas raciais no Brasil, bem como sobre questões correlatas como desigualdade, representações e identidades. As questões foram enviadas ao entrevistado por email, em setembro deste ano, sendo prontamente atendidas. Estamos certas que o contato com a contribuição de Costa, ampliará o debate sobre os temas por ele referidos.

1) Como o senhor vê as experiências de políticas de ações afirmativas no contexto de redução das desigualdades em diferentes países?

Em primeiro lugar, parece-me necessário uma consideração para evitar um equívoco recorrente. Políticas de ação afirmativa não são políticas voltadas prioritariamente para combater desigualdades sócio-econômicas. Isto é, ainda que busquem responder a situações em que se verifique uma desigualdade de oportunidades provocada por disposições racistas ou sexistas existentes nas sociedades, políticas como cotas têm, ao menos a curto e médio prazos, um impacto redistributivo mínimo. A razão é simples: Quem pode se beneficiar de políticas como cotas de acesso à universidade ou a posições de prestígio ou poder numa sociedade que, por exemplo, discrimina negros, indígenas ou mulheres, são as pessoas mais escolarizadas e não as mais desfavorecidas, entre esses grupos. A ação afirmativa tem o caráter político-cultural de, ao dar acesso a pessoas pertencentes aos grupos discriminados a posições de prestígio, corrigir a médio e longo prazo a cultura política racista ou sexista. Ou seja, confere-se poder a pessoas dos grupos discriminados para ensinar a sociedade que os

discrimina a aceitar o óbvio, qual seja, que a capacidade intelectual ou o desempenho de uma pessoa não apresenta qualquer relação com traços corporais como a cor da pele ou a anatomia dos órgãos sexuais. Nesse sentido, não é correto dizer que as políticas de ação afirmativa quebram a lógica do justo reconhecimento do mérito, ao contrário buscam restabelecer essa lógica, onde ela nunca existiu ou deixou de existir. Contudo, só mesmo a longo prazo a ação afirmativa pode quebrar preconceitos e aí sim, contribuir para estabelecer a igualdade política efetiva e o igual acesso às oportunidades existentes.

Como medida voltada para corrigir disposições e atitudes sociais racistas e sexistas, as políticas de ação afirmativa têm, em geral, produzido efeitos positivos. Alguns países adotaram, por exemplo, a política de admissão preferencial de mulheres para cargos públicos de chefia e para posições nas universidades com muito êxito. Dessa forma, tem sido possível combater a cultura machista que prevalece em algumas carreiras beneficiando mulheres mas também homens que, do ponto de vista moral e pessoal, ganham quando deixam de discriminar mulheres.

De forma correlata, as políticas de ação afirmativa voltadas para afrodescendentes ou indígenas vêm produzindo em diferentes países das Américas resultados, em geral, muito positivos.

2) No cenário brasileiro, como o senhor analisa as políticas de ações afirmativas que passam a ser implementadas a partir do final dos anos 90?

É impossível uma resposta categórica e única a essa questão, pois há medidas diversas e, sobretudo, processos de implementação diferentes. De forma geral, as medidas adotadas, dada a inequívoca e recorrentemente demonstrada desigualdade de oportunidades para brancos e negros no Brasil, são plenamente justificadas e podem produzir, a longo prazo, uma sociedade menos racista e mais justa. Certamente foram cometidos erros como a exigência de fotos para classificar candidatos ao vestibular. Já se mostrou que o critério da auto-identificação deve prevalecer, mesmo contando que possa haver um ou outro caso de recurso indevido às cotas. Serão casos residuais que não justificam classificar visualmente pessoas.

O que me parece problemático é o argumento de justificação escolhida por alguns defensores das cotas quando afirmam que a ação afirmativa visa favorecer a construção da identidade negra. Ora, não cabe ao Estado prescrever essa ou aquela identidade às pessoas assim como não cabe ao Estado escolher a religião ou definir a preferência sexual que devemos seguir. A identidade cultural - se é que se pode falar de identidades, mais adequado é falar de identificações pontuais inseridas em situações concretas - assim como a religião representam a escolha de uma concepção determinada de boa vida, o que numa sociedade

liberal e laica é assunto da competência individual. Cabe ao Estado garantir o justo, isto é, a igualdade de todos os cidadãos. Nesse caso, a justificativa aceitável para a ação afirmativa do ponto de vista do Estado liberal-democrático é o argumento que elas visam restabelecer, a longo prazo, a igualdade política efetiva entre os cidadãos.

3) Como o senhor avalia as políticas de ações afirmativas adotadas pelas universidades públicas brasileiras? Quais as virtudes e problemas o senhor identifica nos modelos adotados?

Por economia editorial e por limites empíricos, respondo a essa questão de forma genérica, sem entrar no mérito de ações adotadas em cada uma das universidades especificamente.

De forma genérica, pode-se afirmar que os modelos que combinam critérios sociais (egressos de escola pública) e cor da pele são mais adequados. Através desse procedimento, pode-se corrigir o sistema perverso de recrutamento de alunos às universidades públicas através do vestibular. Isto é, sabe-se que as condições de saída para enfrentar uma prova do vestibular são completamente desiguais para quem estudou numa escola pública de periferia ou para quem pagou 2000,00 reais de mensalidade nas escolas de elite. Nesse contexto, as chamadas cotas sociais corrigem minimamente a hipocrisia inerente ao sistema do vestibular indiferenciado que supostamente trata todos os candidatos da mesma maneira ao oferecer a mesma prova para todos. Através desse sistema, desenvolveu-se durante décadas uma política social de favorecimento dos ricos, permitindo que através da qualidade, em geral, superior das universidades públicas servisse como filtro para que as classes sociais reproduzissem sua condição privilegiada, através das diversas gerações, sem pagar por isso.

As cotas sociais somente, contudo, não tocam no problema da discriminação racial. Isto é, há uma forma específica de desfavorecimento das pessoas de pele escura produzida pelas disposições racistas reinantes que não é combatida pela cota social, daí a necessidade de critérios específicos que atentem para esse ponto. Qual é a justa medida de combinação desse critério é algo difícil de definir, depende das clientelas regionais e locais específicas de cada universidade.

Dada sua significância demográfica menor, o tema das cotas para indígenas vem sendo pouco discutido no Brasil. Do ponto de vista da relevância política, contudo, penso que cabe discutir alguns aspectos da questão. Refiro-me aqui, sobretudo, ao entendimento do sentido dessas cotas que é, muitas vezes, diverso quando se pergunta ao potencial beneficiário da cota e às autoridades do grupo que pertence. Há casos em que, por exemplo, o Tuxaua ou o representante de uma comunidade indígena determinada reivindica que o reconhecimento da condição de indígena para o beneficiário da cota deve ser definido por sua

comunidade de pertença e não pela FUNAI. Afinal, conforme essas lideranças locais, a cota não é para o indivíduo indígena mas para beneficiar o grupo étnico como um todo. Conforme esse entendimento, um indígena só poderia se beneficiar da cota se der garantias que retornará à sua comunidade os benefícios que a formação acadêmica lhe tenha proporcionado. Outros argumentam, contudo, que a cota indígena, como no caso dos afro-descendentes, visa compensar a discriminação que o indígena sofre como indivíduo. O tema é difícil e não vem merecendo a atenção devida no debate brasileiro.

4) O senhor vem desenvolvendo pesquisas sobre democracia e espaço público. Como a questão racial pode ser pensada, considerando esse eixo de análise?

Para efeito de sistematização, destaco dois eixos.

Um primeiro é de natureza propriamente política e está ligado à questão da legitimação. A pergunta que cabe fazer aqui é em que medida as ações afirmativas vem sendo discutidas e negociadas conforme critérios e procedimentos democráticos aceitáveis. A resposta a essa questão é nitidamente afirmativa. Descontados gestos populistas como a implantação sem grande discussão das cotas na UERJ pelo então Governador Garotinho, as discussões sobre ação afirmativa na esfera pública brasileira vem permitindo que os mais diferentes atores se manifestem e apresentem seus argumentos, razões e justificações. Também institucionalmente, os diferentes procedimentos democráticos vêm sendo contemplados. Pense-se, por exemplo, nas discussões no âmbito da recente audiência pública de 2010 no STF ou mesmo a longa tramitação do Estatuto da Igualdade Racial no congresso. Naturalmente, não nos agrada ouvir os absurdos que, por exemplo, o Senador Demóstenes Torres andou dizendo sobre temas difíceis como *raça* ou mestiçagem e dos quais ele entende muito pouco, mas ele vocalizava preocupações e inquietudes existentes na sociedade e que precisavam ser levadas em conta. O texto final aprovado é, da perspectiva dos movimentos negros, seguramente uma caricatura do documento original, mas é o texto que, de alguma maneira, é considerado aceitável não só pelo legislativo mas pela própria sociedade. O que quero afirmar é que os debates têm servido para conter excessos racialistas e enquadrar ufanistas do Brasil mestiço.

As medidas quando chegam a ser implementadas passaram antes por todas essas barreiras legitimatórias.

O segundo eixo da discussão entre espaço público e cotas tem a ver com a esfera da cultura, enquanto contexto de articulação de diferenças. Nas interseções entre a esfera pública brasileira e o espaço imaginado chamado de Atlântico Negro, novas formas de apresentar e representar a negritude, a pertença à nação,

a diferença afro, negra ou preta (conforme preferem a gente do Hip Hop) vem se constituindo. É importante mencionar a dimensão cultural, na medida em que muitos colegas (e, entre eles, para minha surpresa, antropólogos extremamente sofisticados que deveriam saber que identidades absolutas não existem) dizem que as políticas de ação afirmativa não cabem num país mestiço. Ora, a mestiçagem é um discurso através do qual os negros, brancos e indígenas brasileiros podem articular suas diferenças – ou não!. Não se trata de marca identitária nacional imutável que coubesse ao Estado brasileiro proteger. As identificações culturais são dinâmicas e nunca inteiramente nacionais. Penso que esse ponto encontra-se bastante desenvolvido em meus trabalhos publicados e permito-me remeter o leitor a eles.

6) Como o senhor percebe as reações e o debate público suscitado pela implementação da política de cotas nas universidades públicas brasileiras?

Como mencionei acima, o debate é importante e faz parte do processo democrático de legitimação das medidas. Cabe destacar que o debate em torno das medidas de ação afirmativa permitiu a emergência de posições praticamente desconhecidas ou não existentes. Penso aqui na articulação do que se conhece no debate americano como *whiteness*, isto é, pessoas que se apresentam no debate público como defensores dos interesses dos brancos supostamente afetados pelas cotas. Esse tipo de posição é comum, por exemplo, na nova direita (nova na forma, velhíssima em suas idéias) que se organizou em torno da Revista *Veja*. Até então, a direita se apoiava no discurso nacionalista da mestiçagem para desqualificar as mobilizações anti-racistas. As cotas, na medida em que são percebidas como uma ameaça ao controle de velhas elites sobre determinados bens e espaços de poder, produziram, como reação, a construção de grupos que se auto-representam como brancos.

7) Em “Dois atlânticos...”, e em outros trabalhos seus, o senhor trata do debate sobre a identidade nacional e a questão racial. De que modo as ações afirmativas, bem como as polêmicas em torno de sua implementação, evidenciam a coesão e/ou tensões na autoimagem nacional?

As (auto-)representações das nações em qualquer lugar do mundo não são, obviamente, fixas ou estáticas. São disputadas e construídas cotidianamente através de manifestações culturais, debates, conflitos políticos, etc. Para além desse processo diuturno e paulatino de construção e reconstrução, a representação nacional passa por cortes e rupturas, por exemplo, através de guerras de libertação, revoluções, mudanças bruscas de orientação, etc.

A discussão sobre cotas introduz um dado novo. O Brasil, que pelo menos desde os anos 1930, se apresenta como berço da mestiçagem e do convívio harmonioso de culturas e *raças*, se vê agora confrontado com a denúncia de um grupo que representa quase metade da população de que esse país os discrimina.

Esse tipo de discussão muda também a imagem do país no exterior, na medida em que, por exemplo, a existência de um movimento negro forte no Brasil passa a servir de referência e exemplo para a formação de movimentos negros em países como Colômbia, Equador ou mesmo Uruguai. No fundo, como as Minas de Guimarães Rosa, a auto-imagem do Brasil, hoje, são muitas. A sociedade extremamente plural (e desigual) produz imagens diversas de si mesma que, por sua vez, são captadas e recebidas de forma igualmente variada fora do Brasil.

8) Em sua opinião, qual o horizonte que se desenha para o futuro das relações raciais no Brasil?

Gostaria de evitar o termo relações raciais. O que há são relações entre grupos diversos, hoje marcadas ainda pelo racismo, o que leva à distinção de fronteiras raciais. Ora, o sentido de qualquer política anti-racista é precisamente dissolver as divisões e classificações imaginárias de pessoas em raças. Penso que anti-racistas dos dois lados, ou seja, tanto os contrários como os favoráveis às ações afirmativas, se encontram nesse ponto. Ambos lados querem uma sociedade na qual a cor da pele, o formato do nariz ou a aparência do cabelo não tenham qualquer influência sobre as chances sociais ou sobre a forma como as pessoas são tratadas. Penso que, se as políticas anti-racistas como as medidas de ação afirmativa continuarem sendo negociadas, discutidas e legitimadas como tem sido o caso até o momento, elas contribuirão para estabelecer a igualdade política efetiva e ajudarão a construir uma sociedade de indivíduos e pessoas, livre e além das divisões raciais hoje existentes.

Recebido e aprovado em 05/09/2010